

# A.1.4 Contingente italiano permanecerá até Abril

— afirma Aldo Ajello no encontro habitual com os jornalistas

O Representante Especial das Nações Unidas em Moçambique, Aldo Ajello, disse estar convencido que o Governo italiano manterá o seu contingente militar no país, até ao fim do segundo mandato da ONU/UMZ, em Abril de 1994.

Ajello falava ontem, em Maputo, no seu habitual encontro semanal com jornalistas.

A pedido do Secretário-Geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, Ajello foi a Roma semana passada, para persuadir o Governo italiano a mudar a sua posição de retirar o seu contingente da ONU/UMZ, em Dezembro deste ano, alegando razões financeiras.

Ele disse que depois dos encontros que teve com os Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, com parlamentares e membros do Comité de Defesa Italianos, ficou optimista que o Governo deste país europeu "tomará uma decisão de manter os seus efectivos em Moçambique".

Ajello disse que queria que os italianos ficassem aqui até Outubro do próximo ano, data marcada para a realização das primeiras eleições multipartidárias moçambicanas, mas o Conselho de Segurança renovou o mandato da ONU por seis meses, até ao fim de Abril.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália disse que não podia concordar que eles ficassem mais tempo que o aprovado pelo Conselho de Segurança, e eu tive que admitir que ele tinha razão", explicou.

Ele disse que quando chegar o tempo da renovação do mandato em Abril, terá que convencer mais as autoridades italianas.

A acrescentou que essa oportunidade poderá acontecer quando o Governo moçambicano e a Renamo respeitarem o calendário da implementação do acordo, "tal que será fácil persuadir mais uma vez as autoridades italianas a manter o seu contingente por mais seis meses".

O Acordo Geral de Paz para Moçambique foi assinado em Outubro de 1992 entre o Governo e a Renamo, pondo fim à guerra que fustigou este país durante 16 anos.

Aldo Ajello anunciou igualmente que "a única coisa que vai suceder é a retirada de três maiores helicópteros do batalhão italiano", que custam ao Governo italiano cerca de 6 milhões de dólares americanos por mês.

Informou também que a presença destes aparelhos na missão da ONU provoca uma "influência muito grande nos seus custos totais" em cerca de 34 por cento, o que a sua retirada não vai "dinamizar os trabalhos" mas sim vai, pelo contrário, "tornar os custos razoáveis".

O contingente italiano, composto por mais de mil homens, providencia apoio logístico ao batalhão do Botswana, destacado no "Corredor de Tete", e ao batalhão do Bangladesh, no "Corredor de Nacala".

A sua retirada provocaria muitos problemas a todos os efectivos da ONU/UMZ destacados nas zonas norte e sul do país.

## IMPASSE NA DISCUSSÃO DO ANTEPROJECTO

Na ocasião, Aldo Ajello minimizou o impacto do último impasse que se verifica nas discussões sobre a futura lei eleitoral, afirmando que ambas as partes devem ter senso comum para ultrapassar esta questão colocando os interesses da Nação acima dos partidários.

A crise tem-se arrastado já por algumas semanas, e tem como pano de fundo tentativas da Renamo em negar o direito de voto aos emigrantes moçambicanos, alegando que seriam vulneráveis a manipulações das embaixadas do Governo.

"Mais uma vez, eles devem ter o bom senso para pôr os interesses da Nação acima dos seus próprios", afirmou. "Darei todo o apoio para que as Nações Unidas ajudem a resolver este problema".

A lei eleitoral é "um delicado instrumento", disse ele, e a dificuldade em redigi-la "deve ser claramente solucionada para se evitar problemas no futuro". Ele acrescentou que "o importante é que os princípios das eleições sejam defendidos por todos, e isto vai ajudar numa aceitação eventual dos resultados por todos".

Ajello admitiu que nenhum dos pontos levantados agora pela Renamo, tenham sido discutidos quando o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, avistou-se com o Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Ghali, em Outubro último.

Mas ele acha "perfeitamente normal"

que houvesse desacordos neste ponto das discussões sobre a lei eleitoral.

Ele vincou que em política, acusações mútuas sobre uma hipotética fraude eleitoral faz parte do jogo.

Ajello disse que dos 36 pontos da assembleia aprovados há muito, onde as forças do Governo e da Renamo deverão ser acantonadas para serem desmobilizadas, dispõem já de 35 observadores militares das Nações Unidas.

Os outros 13 pontos ainda não foram aprovados, mas Ajello admitiu que a Comissão de Cessar-Fogo (CCF) deve estar agora muito próximo de chegar a um acordo sobre estes também.

Ele disse que a Renamo ainda não entregou à ONU/UMZ a lista dos oficiais que dirigirão as tropas nas áreas de acantonamento, nem indicou quem será o responsável pela ordem e disciplina. Espera-se que a lista seja enviada na segunda-feira.

Ajello está optimista que o movimento das tropas aos lugares de acantonamento possa começar até 30 de Novembro, segundo o acordado entre Chissano, Dhlakama e Boutros Ghali, em Outubro último.

A Renamo acusou Ajello de ser parcial perante o Governo, e o último número da revista mensal da Renamo "Moçambique: Novos Tempos", contém um editorial atacando violentamente Ajello.

Contém também uma página de caricatura de Ajello com o seu braço em volta do Presidente Chissano, sob o título "um casamento de conveniência".

Quando um jornalista pediu a Ajello para comentar a caricatura, o enviado das Nações Unidas replicou da seguinte forma: "com quem é que pareço estar casado? Com o Presidente Chissano? Não, prefiro mulheres".

"Deveriam arranjar melhor caricaturista", — ironizou. — (AIM)

NOTÍCIAS

13.11.93

13/11/93